

ENSINANDO POLITICA UMA ANÁLISE DO TELECURSO 2000¹

Ivete Manetzeder Keil
Rute Vivian Baquero

Resumo

O artigo problematiza o discurso do poder presente nas teleaulas do Programa de História de 1º Grau do Telecurso 2000, veiculado pela Rede Globo de Televisão, buscando registrar alguns dos pontos que influenciam a produção de sujeitos e suas visões de mundo. Neste contexto, destaca a televisão como um espaço de aprendizagem que privilegia um ensino de história despolitizado. O programa de História do 1º Grau do Telecurso 2000, ao não apresentar uma História crítica e despolitizar os fatos apresentados, produz um mundo artificial que se torna palco para a ação e o discurso dos dominadores.

Palavras-Chave: Educação; Política; Mídia; Participação; Democracia.

Abstract

This study problematizes the power discourse present in the TV classes of the First Grade History Program of Telecurso 2000, produced and aired by Globo Network Television, seeking to register points that influence subject's production and their world visions. In this context, it emphasizes television as a learning space that privileges a despolitized teaching of history. The First Grade History Program of Telecurso 2000, in that it does not present a critical history and despolitizes the facts that are aired, produces an artificial world that becomes the dominators' stage for their actions and discourse.

Key-Words: Education; Politics; Media; Participation; Democracy.

Outro obstáculo ao direito à participação política é posto pelos meios de comunicação de massa. Só podemos participar de discussões e decisões políticas se possuímos informações corretas sobre aquilo que vamos discutir e decidir. Ora, como já vimos, os meios de comunicação de massa não informam, desinformam. Ou melhor, transmitem as informações de acordo com os interesses de seus proprietários e das alianças econômicas e políticas destes com grupos detentores de poder econômico e político. Assim, por não haver respeito ao direito de informação, não há como respeitar o direito à verdadeira participação política.

Marilena Chauí

¹ O texto contou com a colaboração de Tatiana da Silva Wendorff, mestre em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da UNISINOS, no processo de coleta de dados.

Introdução

Num debate com estudantes universitários surgiu uma discussão a respeito do conceito de política. Diziam eles que, embora existam vários conceitos, na prática a política está vinculada, essencialmente, ao interesse econômico. E que a mídia conservadora, que representa este poder, é, em grande parte, responsável por essa distorção.

De fato, a mídia, sendo um operador de dominação, tem um espaço de grande interferência sobre o que pensamos. Sobretudo entre as pessoas que, embora alfabetizadas, têm pouco hábito de ler. Para se ter uma idéia, cabe mostrar os dados apresentados pelo Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL, 2006): o índice de leitura no Brasil é de 1,8 livros por habitante/ano, índice muito baixo inclusive em relação aos países latino-americanos (na Colômbia, por exemplo, o índice de leitura é de 2,4 livros por habitante/ano); os índices de leitura registrados nos Estados Unidos e Inglaterra são de 5 livros por habitante/ano e na França, 7 livros por habitante/ano.

A leitura, mediante reflexão, ajuda a construir o pensamento crítico necessário para a compreensão das *coisas* do mundo. Na medida em que poucos brasileiros lêem, poucos têm elementos para interpretar com autonomia o que é veiculado pela mídia. Razão pela qual seu discurso é considerado, pela maioria da população, como verdade. Essa falta de formação crítica favorece que os valores trazidos pela mídia atuem independentemente da qualidade. Hoje tudo passa pela televisão: essa é a mídia mais freqüentada pela população brasileira (MÍDIA DADOS, 2006). É significativo o seu efeito sobre as pessoas, na medida em que os programas televisivos não só *reproduzem* o que acontece na vida *real*, mas *produzem* formas de ser e estar no mundo.

Segundo Fischer (2001), a televisão pode ser considerada um *processador social*: os acontecimentos devem passar por ela. Machado observa que

A televisão penetrou tão profundamente na vida política das nações, especularizou de tal forma o corpo social, que nada mais lhe pode ser "exterior", pois tudo o que acontece de alguma forma pressupõe a sua mediação, acontece, portanto, para a tevê. Aquilo que não passa pela mídia eletrônica torna-se estranho ao

conhecimento e à sensibilidade do homem contemporâneo. Não se diz mais que a televisão "fala" das coisas que acontecem: agora ela "fala" exatamente porque as coisas acontecem nela (MACHADO apud FISCHER, 2001, p.17-18).

No caso da política, o debate que deveria se processar na arena pública, e se tornar verdadeiramente político, fica confinado à tela, sem que a *ágora* opine. O que, de fato, as pessoas *recebem* são matérias com o privilegiamento de alguns pontos de vista e a exclusão de outros, legitimando a unidade do poder que o próprio poder econômico, que a mídia representa, quer legitimar. Em outros termos, a equação que se forma - do discurso dominante apresentado como verdade ao discurso dominante assimilado como verdade - produz uma relativa legitimidade, fundamental para o exercício de poder dos setores hegemônicos. Quando eles estão em conflito aparecem algumas informações, embora superficiais, que deixam transparecer um pouco mais o que está de fato acontecendo no país.

No Brasil, a educação informal, isto é, a educação realizada pelo conjunto social, é em grande parte influenciada (e realizada) pela televisão. Portanto, ela constitui-se em um importante espaço de aprendizagens. E suas considerações sobre o espaço social, cultural, econômico e político, ou o que ela quer mostrar a respeito desses espaços, estão carregadas de ideologias. Isso nos leva a tentar compreender programas de educação por ela veiculados. Nesta perspectiva, selecionamos o Programa de História do 1º Grau do Telecurso 2000, centrando a análise nas fitas de vídeo apresentadas pela Rede Globo de Televisão. Não nos preocupamos em examinar o material escrito, uma vez que nem todos os estudantes o utilizam.

O plano geral do ensaio é tentar evidenciar algumas relações, partindo, não dos sujeitos usuários, mas do próprio discurso do poder, e observar alguns pontos que influenciam a produção de sujeitos e suas visões de mundo. Nossa premissa é que as estruturas de poder, como estratégias globais, produzem e utilizam determinadas técnicas e táticas de dominação, dentre as quais, a linguagem da televisão ocupa um espaço absolutamente significativo. Consideramos que a televisão, de

modo geral, por seu caráter de redundância como estratégia de poder, organiza um novo espaço-tempo e, assim, outra visão de mundo. Ao apresentar o mundo num espetáculo de ritualização da cultura e da informação, a televisão produz uma visão naturalizada, banalizada e legitimadora dos acontecimentos. Na verdade, como alguns teóricos observam, a televisão se constitui como um *a priori* da consciência contemporânea.

História, histórias

O mundo social é essencialmente histórico. Considerações a respeito do tempo e do passado como dimensões da vida social contemporânea são importantes para a compreensão das razões e dos mecanismos pelos quais a sociedade se transforma, muda e se reproduz. O processo histórico de uma sociedade está tecido com o mesmo fio que é tecida a trama do mundo; na perspectiva da cidadania, essa compreensão é fundamental. Entretanto, a consciência espontânea, como observa Veyne (1990), não possui noção de História – o reconhecimento do passado, e suas influências no presente e no futuro, não é um dado imediato, razão pela qual é fundamental compreender as figuras e as tramas históricas. Neste sentido, assume crucial importância na formação dos estudantes a qualidade do ensino neste campo do conhecimento.

É interessante observar que, embora o tempo que caracteriza a história seja ainda, para a maioria dos historiadores, o tempo cronológico dos acontecimentos sucessivos - passado, presente e futuro -, outras concepções exploram melhor a influência que os acontecimentos têm entre si. Para Bergson (1999), há uma coexistência de todos os tempos. Deleuze (2002), na esteira de Bergson, observa que presente, passado e futuro não se sucedem, não se perdem, mas subsistem como coexistência virtual. Compreender, de fato, o que é o tempo é fundamental para se entender a realidade social, política e cultural vivida na experiência contemporânea. Seja como for, a História configura um campo onde não pode haver intuição, mas reconstrução; onde a certeza racional dá lugar a um saber real cuja fonte é estranha à

consciência. Segundo Veyne (1990), a consciência sabe que o tempo passa, mas não imprime nele o mote histórico. A História, portanto, segundo o historiador, é organizada pela inteligência.

O papel da educação, na perspectiva da História, é, justamente, o de ensinar a ler as relações de força (de poder), suas condições de possibilidade; a ler as pré-condições que forjam os acontecimentos – o palco onde os embates se travam na produção de uma determinada estrutura – suas conseqüências, seus efeitos e o que se configura no contexto. Portanto, o ensino de História deve mostrar que, em grande parte, o homem é uma experiência histórica definido por práticas e determinações sociais, econômicas, políticas e culturais. Mas, sobretudo, deve mostrar a verdade sobre os sujeitos e as relações de força (poder) que dominam e oprimem.

O Telecurso 2000 visa acelerar a formação do estudante, certificando-o através de exames prestados junto às Secretarias Estaduais de Educação² e pretende, através de sua metodologia, desenvolver, além dos conteúdos, habilidades básicas, questões de cidadania e a capacidade empreendedora de cada estudante. Seus objetivos, sobretudo os relacionados com questões de cidadania, colocam em cena a importância do campo da História. Por quê? Porque a História narra fatos reais que têm o homem como ator (VEYNE, 1990). Isto significa que o papel da História é decifração de uma verdade selada, é reapropriação de um saber afastado, ocultado ou, mesmo, enterrado. Compreender as tramas da História, recobrar a memória e conjurar o esquecimento significa estabelecer um vínculo com a verdade e, efetivamente, desnudar as relações de poder.

A História mostra que a cidadania no Brasil foi negada, limitada e, muitas vezes, suspensa ou eliminada. Isso significa, como discutiam os estudantes durante o debate, que a política, no Brasil, atende aos interesses de determinados grupos. Portanto, apesar dos avanços para o

² A estimativa para completar da 5ª à 8ª série do Ensino Fundamental é de um ano e três meses (ao invés dos quatro, no ensino regular). Para o Ensino Médio a estimativa é de um ano e meio (ao invés dos três anos, no ensino regular).

efetivo exercício da cidadania, ainda há, na sociedade brasileira, uma visão reducionista sobre ela. A cidadania, como afirma Dallari (1998),

expressa um conjunto de direitos que dá à pessoa a possibilidade de participar ativamente da vida e do governo de seu povo. Quem não tem cidadania está marginalizado ou excluído da vida social e da tomada de decisões, ficando numa posição de inferioridade dentro do grupo social (p. 14).

Barreiras culturais e históricas têm impedido sua construção, para todos. No Brasil Republicano - do Coronelismo, passando pela Era Vargas, República Populista, Ditadura Militar até a República Nova - se pode observar que fortes dispositivos de dominação sempre impediram o acesso da população a um conjunto de conhecimentos necessários para que ela pudesse compreender as relações de poder que estruturam a sociedade. E, desse modo, pudesse desenvolver sua capacidade de organização, de participação e de intervenção social. Na verdade, no Brasil, o exercício da cidadania está implicado na produção de novas relações e consciências.

Na perspectiva da história, para influenciar o desenvolvimento de uma subjetividade voltada para a cidadania, seria fundamental que o Telecurso 2000 utilizasse procedimentos pedagógicos que estimulassem os estudantes a pensar criticamente a respeito do processo histórico-político brasileiro. Certamente, parece paradoxal que a televisão possa exercer esse papel. Mas isto não quer dizer que não possa. Seja como for, temos um quadro de referência geral para analisar os Programas de História para o 1º Grau do Telecurso 2000 e, no limite de um artigo, nele vamos situar alguns pontos, escolhidos entre outros, ligados à questão da cidadania: formação do Brasil, igualdade e direitos, democracia como ideologia.

1º Ponto: Formação do Brasil

Estudar a formação do Brasil significa compreender dilemas da tragédia social brasileira, suas casualidades e determinações, buscando linhas de força capazes de possibilitar outros futuros. Este trajeto tem características específicas, entre outras:

- * revelar as relações de poder que estruturam a sociedade;
- * desnaturalizar a pobreza e a desigualdade social;
- * mostrar os pontos recorrentes de entrave à cidadania, no processo histórico.

As teleaulas de História que ora analisamos tratam, acriticamente, a conquista do território e a formação do Brasil a partir da visão das forças que dominam. Predomina, em seus programas, a naturalização das injustiças e das violências contra as forças dominadas que compõem a História do país.

Na verdade, o Curso não aponta criticamente para as contradições que foram sendo produzidas, ao longo do processo histórico brasileiro, desde a sua fundação, e que se contrapõem à formação e ao exercício da cidadania. Não há, portanto, nos Programas de História, um desnudamento das relações de poder, dimensão essencial a um curso de história, político e politizado, que propõe, como um dos seus objetivos, o desenvolvimento da cidadania. Convém assinalar que a análise do tema *formação do Brasil* é extremamente propícia para revelar o projeto conservador e discriminatório em processo no país, e que se traduz em práticas de injustiça social, desigualdade, violação e privação de direitos.

O Telecurso 2000 não problematiza a importância da diferença e da consciência da alteridade, necessárias para se reconhecer o *outro* como sujeito de direitos. Efetivamente, quando aborda a conquista do território (tratado como descobrimento) o nativo é visto como um empecilho ao desenvolvimento do país. Os argumentos utilizados consideram a cultura nativa atrasada. Uma cultura que nos deixou de herança, de acordo com o Telecurso, além de outros elementos, a rede e a preguiça³, registro discriminador pelo qual, na prática, os indígenas pagam um alto preço. Em nenhum momento o Telecurso se refere ao genocídio que aqui ocorreu⁴. Aliás, o genocídio realizado nas Américas foi o maior genocídio na história dos homens (TODOROV, 1982).

³ Ver teleaula 5 – Brasil indígena. Telecurso 2000.

⁴ Ver teleaula 3 – América portuguesa: o nascimento do Brasil. Telecurso 2000.

O Telecurso oculta também o motivo real da redução, do aldeamento e do processo civilizatório imposto aos indígenas e efetivado não para que, sendo indígenas, fossem iguais aos brancos, mas para que eles fossem desiguais sem diferenças enormes e assim, mortos ou submetidos, servirem melhor aos interesses dos brancos dominantes.

É importante tratar esta questão porque ela revela o mito de fundação do Brasil, tendo como herói mítico um herói que rapina, mata e exclui. O mito de fundação retorna sempre e se re-atualiza como matriz histórica produzindo, com novas linguagens, valores, idéias e práticas que repetem o próprio mito. Isso significa que o mito funciona bloqueando a percepção da realidade e impede que se possa lidar com ela (CHAUÍ, 2000). Com efeito, as aulas de História deveriam servir para o desvendamento dessas tramas de dominação.

Outro ponto a ser destacado é a negação da escravidão indígena. O Telecurso 2000 afirma não ter existido escravidão indígena no Brasil, entretanto o processo de colonização portuguesa, durante todo o século XVI e início do XVII, explorou o indígena pela escravização, pela formação de um campesinato indígena ou, ainda, como trabalhador assalariado. Neste período, a mão-de-obra indígena era considerada indispensável para a produção açucareira. A partir de 1570 a mão-de-obra escrava indígena foi sendo substituída pela africana. Evidentemente, não foram apenas as resistências indígenas (os escravos africanos também resistiram à escravidão), nem as fugas e mortes que motivaram essa substituição, mas a expansão dos *negócios* exigia maior habilidade, quer na agricultura quer no fabrico do açúcar (como também em atividades com ferro e gado) e, neste campo, os portugueses conheciam a superioridade dos africanos em relação aos indígenas. Além disso, o tráfico negreiro era muito lucrativo e já havia uma acumulação de riqueza (produzida com a escravidão indígena) que possibilitou a compra de escravos africanos. Desse modo, o retrato traçado para descrever esse período, nas aulas de História do 1º Grau, não enfrenta os fatos e os acontecimentos.

A escravidão africana e a violência que a define também aparecem banalizadas⁵. O Telecurso 2000 sugere que as relações nos engenhos estavam mediadas pela lei. Confundindo a lei com o poder, nada esclarece a respeito do marco legal, ocultando que a *lei* nos engenhos é sede do autoritarismo e das demandas de um único senhor. Sugere, também, que havia uma democracia racial. Não há, por parte do Telecurso 2000, uma explicitação crítica a respeito da situação insólita vivida nesses espaços, da sua continuidade nos tempos atuais e de sua influência na inviabilidade, no Brasil contemporâneo, de uma existência cidadã. Na verdade, o Telecurso 2000 despolitiza a questão dos contatos interétnicos e das identidades étnicas.

Ao tratar da organização do poder e da hierarquia na sociedade, na perspectiva do ordenamento jurídico do território (Capitanias Hereditárias, Governo Geral...), o Telecurso 2000 não esclarece aspectos importantes para que as relações de poder, ainda vigentes no Brasil, possam ser compreendidas e superadas. A Lei da Terra, reflexo das necessidades de cada período, sempre atendeu a demanda dos *grandes senhores* que fizeram de seus interesses e sentimentos privados a medida de todas as coisas.

Esta é uma questão essencial, porquanto os pequenos agricultores foram alijados ou secundarizados no processo de apropriação legal da terra, garantindo um grande contingente de mão-de-obra e a consolidação dos latifúndios. Ao longo do processo histórico brasileiro, a questão da terra torna-se cada vez mais complexa, atingindo seu nível mais agudo, quando esta passa do *status* de meio de produção para o de mercadoria.

O que está em jogo, de fato, são formas distintas de existência social, baseadas no estabelecimento de fronteiras entre dominados e dominantes, entre posse/propriedade (da terra) aliada à conjuntura do mercado internacional e às distorções que impossibilitam uma distribuição eqüitativa entre os vários segmentos da sociedade. No entanto, o problema da terra em sua concretude e profundidade não é abordado pelo Telecurso 2000. Neste cenário, a relação desta

⁵ Ver teleaula 8 – A luta dos escravos. Telecurso 2000.

problemática com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), maior movimento social da América Latina, não é vinculada ao processo histórico.

O Telecurso restringe-se a fornecer parcelas de informações históricas numa perspectiva comparativa demasiadamente frágil e sem significação para a compreensão da sociedade brasileira. A teleaula 9 – *A sociedade colonial: o poder e a hierarquia na colônia* apresenta um diálogo entre duas costureiras no qual é feita uma comparação entre capitânicas hereditárias e uma fábrica de costura. Em uma das cenas uma das personagens afirma: “ganhar uma capitania hereditária era a maior “mamata” já que ficava de pai para filho”. A outra personagem responde: “não era bem assim, no início era um mato só, tinha que começar que nem a gente começou a nossa fabriquinha, do zero”⁶.

Em síntese, ao longo das apresentações das teleaulas de História do Telecurso 2000 pode-se observar muitas distorções veiculadas pelas informações sobre a formação histórica do Brasil. Estas distorções, de modo geral, influenciam o olhar que a sociedade brasileira produz sobre si mesma dificultando lutas reivindicatórias por cidadania.

2º Ponto: Igualdade e direitos

A sociedade brasileira não consegue incorporar a grande maioria da população nas regras formais de cidadania. Isso tem a ver com o modo pelo qual direitos, leis e justiça social foram sendo tecidos ao longo do processo histórico. A plausibilidade da cidadania, na sociedade brasileira, exige que se compreenda:

- * as frágeis fronteiras que separam a civilização da barbárie;
- * o quanto há de permissão (e desejo) nas violações e nas privações de direitos;
- * que direitos diferem de necessidades e de interesses.

As aulas de História do 1º Grau do Telecurso 2000, sob o prisma dos direitos, não parecem abrir o debate sobre as regras de equidade nas relações sociais. De modo geral, não há uma discussão dos direitos, em particular daqueles direitos que estão para além das garantias

⁶ Ver teleaula 9 – *A sociedade colonial: o poder e a hierarquia na colônia*. Telecurso 2000.

formais inscritas nas leis e nas instituições. O Telecurso não aborda os direitos considerando o modo pelo qual as relações sociais se estruturam. O mapeamento das telaulas, na perspectiva dos direitos, revela uma dinâmica demasiadamente conservadora. Dentro dos exemplos que se pode recolher, cabe referir a fala de um personagem que, citando Gilberto Freire, destaca, sem crítica, a idéia de democracia racial no Brasil. Diz o personagem: “vencedores sobre as populações indígenas, dominadores absolutos dos negros, os europeus tiveram que transigir, quer dizer, chegar a um acordo com índios e africanos, quanto às relações genéticas e sociais; a escassez de mulheres brancas criou zonas de confraternização entre vencedores e vencidos, entre senhores e escravos”⁷. A teleaula 8 - *A luta dos escravos*, do Curso de História, inicia com o questionamento: “O que você faria se te levassem para um país desconhecido, para trabalhar 18 horas por dia, sem salário e sem mordomia nenhuma?”.

É preciso que se observe que não há, de fato, por parte do Telecurso, nenhum esforço crítico ou exercício da capacidade crítica dos estudantes para situar um ponto de discernimento entre o justo e o injusto, na dinâmica política da sociedade brasileira. As teleaulas não abordam os elementos necessários para que os estudantes desenvolvam uma consciência de direitos. Ou melhor, *do direito a ter direitos*, utilizando a expressão de Lefort (1986). Atravessado por ambivalências de todos os tipos, as teleaulas de História do 1º Grau parecem confundir direitos e privilégios. Além disso, não esclarecem as fronteiras entre direitos legítimos, privilégios e corporativismo.

Os direitos estabelecem uma forma de socialidade baseada no reconhecimento do outro como sujeito (de direitos), funcionando, portanto, como princípios reguladores de práticas sociais (TELLES, 1999). Os direitos, como medida de justiça, produzem a arquitetura dos vínculos civis entre pessoas, grupos e classes sociais, mas também produzem os critérios pelos quais são problematizadas e julgadas, publicamente, as questões de equidade e justiça. Privilégios e corporativismos é, de fato, a negação da cidadania.

⁷ Teleaula 14 - A cara do Brasil. Telecurso 2000.

As teleaulas de História, ao abordar a perspectiva dos direitos na Constituição de 1988, referem que esta “refletiu o avanço ocorrido no país, principalmente, no que diz respeito à extensão de direitos sociais e políticos a todos os cidadãos e às minorias. Reconheceu-se, também, os direitos e deveres coletivos e individuais. Além disso, a Constituição criou novos recursos que, ao lado do *Hábeas Corpus* e do Mandado de Segurança, permitem aos cidadãos fazer valer os seus direitos”. Todavia, “apesar dos avanços desta Constituição, ainda há muita coisa escrita que, na prática, está difícil de aplicar e de realizar”⁸.

3º Ponto: Democracia como ideologia

O modo de produção capitalista passa por uma mudança profunda. O Brasil contemporâneo enfrenta o desafio de se colocar mais ao lado do liberalismo ou da social democracia. Esta escolha implica e define o lugar dos direitos. Os direitos estão no cerne da democracia e são resultados de duras lutas populares. No Brasil, observam alguns teóricos (CHAUÍ, 2000), a democracia ainda está para ser inventada. É preciso compreender que a sociedade só é democrática quando:

- * institui e respeita direitos;
- * reconhece a incivilidade nas relações sociais;
- * supera a desigualdade e a exclusão em seus padrões societários.

As teleaulas de História do 1º Grau do Telecurso 2000 não fazem referências críticas a respeito do jogo que os dominadores estabelecem, tanto no nível global como nacional e regional. Entretanto, episódios como a formação dos partidos políticos, formação da República, a consolidação do capitalismo industrial, na virada do século XIX, a Ditadura Militar, a Nova República, entre outros, abordados nas teleaulas observam, embora superficialmente, que os *donos* do poder sempre negaram ao povo o direito à participação política, econômica e social.

A forma como as teleaulas tratam os temas impede o esclarecimento de que, embora os direitos tenham sido conquistados

⁸ Teleaula 37 - Nova República. Telecurso 2000.

pelas lutas populares, eles estão sempre em risco de retrocesso. Também não há uma crítica a respeito da trama dessas *conquistas* de direitos e nem do uso ideológico do conceito de democracia. Em outras palavras, quando o Telecurso 2000 informa sobre o processo histórico, salientando pontos cruciais para a democracia no país, não deixa ver as relações de poder que estruturam as mudanças e os reais interesses a elas vinculados.

A teleaula 23 - *Em busca da cidadania* destaca que “os trabalhadores organizaram movimentos e fizeram greves para melhorar as condições de vida. Pouco a pouco, ao longo de nossa história, os trabalhadores foram conquistando mais e mais direitos. Basta ver que a Constituição de 1988 estabeleceu, entre outras coisas, o seguro desemprego, a licença e a liberdade sindical”. É verdade que as lutas populares ampliaram os direitos dos trabalhadores e que a exploração diminuiu, sobretudo, nos países que desenvolveram um Estado de Bem-Estar Social. Mas é verdade também que, como consequência disso, as condições de trabalho em alguns países sofreram forte deterioração. As teleaulas não abordam esta problemática, nem mesmo quando informam a respeito dos regimes autoritários vividos no Brasil.

Ora, enquanto os países ditos de Primeiro Mundo ampliavam seu Estado de Bem-Estar e, conseqüentemente, os direitos sociais, fazendo avançar o Estado Democrático, os países de Terceiro Mundo viviam a violência das ditaduras militares, apoiadas por grandes potências estrangeiras. Além do mais, se a Constituição de 1988 é avançada, e de fato é, cabe perguntar a razão pela qual a cidadania não se desenvolve no Brasil impedindo, conseqüentemente, que a democracia social possa, de fato, ser construída. Ora, não é suficiente ter uma boa Constituição, é preciso que ela de fato funcione. Veja-se o caso do ensino básico. A Constituição de 1988 definiu claramente que este nível de ensino seria de competência dos Estados e municípios, cabendo à União articular essas esferas com o ensino superior federal. O argumento utilizado sustenta que as pessoas vivem no município, e não na União, sendo, portanto, mais eficaz o cuidado do ensino básico efetivado por essas esferas. Todavia, nos 19 anos da Constituição o que se pode ver é uma

degradação significativa do ensino básico. É, pois, sob o prisma do discernimento que as teleaulas deveriam funcionar para atender ao objetivo de desenvolver a cidadania.

Nos últimos anos, as possibilidades da democracia parecem ameaçadas pelo projeto conservador, traduzido em práticas reais de violação e privação de direitos. As teleaulas, no entanto, não abordam o processo de deterioração da esfera ética da justiça e da igualdade, causada pela idéia de eficácia e racionalidade técnica da economia. Trata-se de um estreitamento da democracia, uma vez que as reivindicações de direitos e o reconhecimento desses direitos estão sendo neutralizados.

Considerações finais

O Telecurso 2000 superficializa a História, porquanto não explora as atitudes práticas, os jogos de saber/poder, a (des)continuidade, os processos, as razões pelas quais os eventos acontecem, enfim, os fios e as tramas que produzem os acontecimentos e que colocam as pessoas em determinados lugares e posições. De saída, o ofício do historiador é reduzido na comparação com as atividades de um detetive. Segundo o Telecurso 2000, cabe ao historiador “recolher, reconhecer e analisar os vestígios, isto é, as marcas, as pistas, as pegadas deixadas pela História, depois, ele precisa encontrar uma lógica, uma maneira certa de organizar esse material todo”⁹. Ora, o historiador pensa segundo conceitos e teorias e o conhecimento histórico é produzido em dupla perspectiva: arqueológica e genealógica; possui vários e diferentes sentidos (depende do lugar em que os vários atores se encontram) e situa-se para além dos documentos (uma vez que nenhum deles pode ser o próprio evento)¹⁰.

Embora o Telecurso 2000 enfatize, sem referir-se à qualidade das experiências, que, para aprender, estudar é melhor que viver¹¹,

⁹ Retirado da 1ª Aula Programa de História Telecurso 2000.

¹⁰ A História é filha da memória, portanto, ela está sempre vinculada com o tempo. Tudo o que a História trata realmente aconteceu, pois ela se constitui tendo como objetivo a busca da verdade (talvez inacessível).

¹¹ “Vivendo e aprendendo”, afirma o personagem e, logo em seguida, com tom de ironia e recriminação “estudando e aprendendo seria melhor, né?”.

consegue observar que “a história de um povo não é apenas os documentos oficiais, encontrados num arquivo; a história de um povo pode ser feita através da história de sua arte, literatura, das suas tradições, festas populares e religiosas, das histórias que as pessoas contam, tudo pode ser fonte de história, todas as pessoas, todos nós somos personagens dessa história, você, por exemplo, está construindo a história hoje (em cena de rua, pessoas dão alguns depoimentos sobre (1) “a mudança, a transição da ditadura para democracia”, (2) “a retirada do Collor do poder”, entre outros).

Com efeito, a história de um povo percorre diferentes caminhos, no entanto, o Telecurso 2000 também poderia ter dito que um acontecimento só tem sentido quando apresentado com o seu contexto e com as tramas (relações de poder) que o produzem. Evidentemente, é impossível narrar a totalidade do fato, o que é narrado é um cruzamento de caminhos possíveis, observando algumas relações entre eles. A história não se interessa por acontecimentos individuais, senão por sua especificidade. Assim, em termos da lógica, o trabalho do historiador é de reencontrá-la, explicá-la, relacioná-la com a história do país e do mundo, pois os fatos têm ligações objetivas. O programa de História do 1º Grau do Telecurso 2000, ao não apresentar uma História crítica e despolitizar os fatos apresentados, produz um mundo artificial que se torna palco para a ação e o discurso dos dominadores.

Ivete Manetzeder Keil é Doutora em Antropologia pela SORBONNE (Paris), fez Pós-Doutorado em Antropologia na EHESS (Paris), é Consultora do UNICEF e Pesquisadora do Data/UnB.

E-mail: ivetek@hotmail.com

Rute Vivian Baquero é Doutora em Educação pela Florida State University (EEUU), fez Pós-Doutorado em Educação na UBA (Argentina), é Professora do Programa de Pós Graduação em Educação da UNISINOS.

E-mail: rbaquero@unisinios.br

Referências:

BERGSON, H. *Matière e memoire*. Paris: PUF, 1999.

CHAUÍ, M. *Brasil. Mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Abramo, 2000.

DALLARI, D. *Direitos humanos e cidadania*. São Paulo: Moderna, 1998.

DELEUZE, G. *Le bergsonisme*. Paris: PUF, 2002.

FISCHER, R. M. B. *Televisão e educação: fruir e pensar a TV*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

LEFORT, C. *Essais sur le politique. XIXe-XXe, Siècles*. Paris: Seuil, 1986.

MÍDIA DADOS. São Paulo: Grupo de Mídia, 2006.

PNLL – *Plano Nacional do Livro e Leitura*. Brasília: MEC, 2006.

TELLES, V. da S. *Direitos sociais. Afinal do que se trata?* Belo Horizonte: UFMG, 1999.

TODOROV, T. *La conquête de l'Amérique*. Paris: Seuil, 1982.

VEYNE, P. *Comment on écrit l'histoire*. Paris: Seuil, 1990.